



Anais da Assembléia

N.º 114

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE SETEMBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 172ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1976

TERÇA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Maurício Fruet.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Valter Pietrângelo, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos (37), achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jurandir Messias, Lineu Turra, Nelson Buffara, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 118/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 246/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Reserva, objetivando reparos em diversos prédios Escolares naquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para o dia 22, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução 143/76.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 173ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Valter Pietrângelo, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos (37), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fuad Nacli, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jurandir Messias, Lineu Turra, Nelson Buffara, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE – (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 115/76

Curitiba, 16 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a abertura de um crédito especial de Cr\$ 2.115.840,00 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a atender despesas com encargos sociais de pessoal contratado pela Consolidação das Leis do Trabalho, para ter exercício como Conferente e Carregador, nas Agências Auxiliares de Rendas da Coordenação da Receita do Estado, situadas nas zonas limítrofes com outras unidades da Federação (São Paulo e Santa Catarina).

A Coordenação da Receita do Estado, órgão da Secretaria de Estado das Finanças, tem como incumbência precípua os encargos relacionados com a programação e coordenação e o exercício da fiscalização dos tributos estaduais, bem como zelar pelo cumprimento da legislação e regulamentos tributários e ainda controlar o desenvolvimento da receita e outras atividades correlatas.

A Coordenação da Receita do Estado, não obstante contar seu quadro de pessoal com funcionários altamente qualificados, sempre enfrentou problemas e dificuldades para desenvolver os planos do Governo no setor da fiscalização de tributos notadamente, no que pertina à fiscalização de produtos primários que só se faz de forma eficiente no momento de trânsito das mercadorias rumo aos grandes centros consumidores.

De sorte que, em face das dificuldades e problemas acima apontados, necessário se tornou uma tomada de posição, de uma posição que sensibilizasse os velhos padrões e, assim a máquina fisco-arrecadadora se dinamize e passe a apresentar um rendimento mais eficiente e capaz, principalmente, com a manutenção de um esquema de fiscalização permanente nas fronteiras com os Estados de São Paulo e Santa Catarina.

Estribando-se nesse elenco de óbices — que obviamente redundam em prejuízo ao erário, o Poder Executivo na pessoa do Sr. Secretário das Finanças, programou o desenvolvimento de uma nova política fisco-arrecadadora, propondo a criação de vários setores flexíveis, atualizáveis e dinâmicos que dêem condições a que administradores possam por em prática seus planos de trabalho sem enfrentar os obstáculos representados por um setor fisco-arrecadador deficiente.

O titular da Pasta das Finanças, para desenvolver a política que programou, como primeiro passo, voltou sua atenção para as Agências Auxiliares de Rendas, situadas nas zonas limdeiras com outros Estados, no sentido de dotá-las de condições ideais para se desincumbirem das tarefas que lhe são conferidas por lei (combate à evasão de rendas) — e, nessa inovação colocou a ênfase principal no setor de material humano.

Nestas condições, foram criadas 300 funções, cujos futuros ocupantes seriam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, e teriam exercício nas precitadas repartições (Agências Auxiliares de Rendas), para desempenharem as funções de “Conferente” e “Carregador”, funções essas que seriam desenvolvidas como de apoio àquelas privativas do Fiscal Tributário, porém, sem que com elas fossem confundidas, pois estas por força de mandamento legal, somente poderão ser atribuídas ao funcionário legalmente investido em função fisco-arrecadadora.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 2.115.840,00 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a atender despesas com Encargos Sociais do Pessoal regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, de acordo com a seguinte discriminação:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS
UNIDADE: COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO
FUNÇÃO: ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS
ATIVIDADE: ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS

DOTAÇÃO: 2307.03080302.177

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social.. Cr\$ 2.115.840,0

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei 6.743, de 04 de dezembro de 1975 — Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 1976.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 116/76

Curitiba, 16 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para os fins cons-

titucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 13 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 117/76

Curitiba, 16 de setembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 13 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de CASCAVEL, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

GOVERNADOR DO ESTADO

— À Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIO:

Sob o número 177/76, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sido Vetado Integralmente o Projeto de Lei número: 44/76:

Do Sr. Deputado Enéas Faria, que visa assegurar o ensino gratuito em todos os graus, aos filhos e dependentes dos ex-combatentes, em todos os estabelecimentos de gênero do Estado do Paraná — À C.C.J.

EMENDA:

EMENDA N.º 18
AO PROJETO DE LEI N.º 186/75

Acrescente-se nas Disposições Gerais e Transitórias, um artigo com a seguinte Redação:

“Art. — Fica assegurado ao ocupante de cargo efetivo da Secretaria de Educação e Cultura, lotado em estabelecimento de ensino do Estado, que, na data da publicação desta Lei, contar com dois (02) anos, pelo menos, de exercício comprovado de magistério, nos termos do artigo 77, da Lei Federal número 5692, de 11 de agosto de 1971, o direito de ser automaticamente enquadrado no cargo de Professor MPP — 101, Classe A, nível 1, do Quadro Próprio do Magistério — Parte Permanente, se for portador do diploma de Professor Normalista, e no nível 5, Classe E, do mesmo Quadro e Parte, se possuir habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena”.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Enéas Faria, Paulo Camargo,
Muggiati Filho e Maurício Fruet.

JUSTIFICATIVA:

A Lei núemro 5692, de 11 de agosto de 1971, que fixou novas diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, e deu

outras providências, dispôs, em seu Artigo 77, o seguinte: "Art. 77 — Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não bastar para atender as necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar, e a título precário:

a) — no ensino de primeiro grau, até a oitava série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 4.^a série do 2.^o grau;

b) — no ensino de 1.^o grau, até a 6.^a série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível de 3.^a série do 2.^o grau;

c) — no ensino de 2.^o grau, até a série final, os portadores de diploma relativo à licenciatura de 1.^o grau".

Por outro lado, segundo o disposto no Artigo 30, da prealudida Lei Federal número 5.692/71,

"Art. 30 — Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

a) — no ensino de 1.^o grau, da 1.^a à 4.^a série, habilitação específica de 2.^o grau;

b) — no ensino de 1.^o grau, de 1.^a à 8.^a série, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1.^o grau, obtida em curso de curta duração;

c) — em todo o ensino de 1.^o e 2.^o graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação, correspondente a licenciatura plena".

Objetivando o Estatuto do Magistério o equacionamento geral de inúmeras medidas de ordem prática para uma verdadeira democratização educacional, e ajustamento de situações de professores que estiverem no exercício do magistério, em razão do disposto no Art. 77, da Lei Federal número 5.692/71, é medida de elevado alcance social e moralizador.

Na verdade, a preocupação dominante é o aproveitamento máximo das potencialidades individuais, abrindo-se caminho para o desenvolvimento de recursos humanos, na escala social, através da colocação do professor na posição a que faz jus.

Para que o Estatuto do Magistério responda plenamente aos propósitos do ensino, necessita o projeto de lei de aperfeiçoamento, com o objetivo de maior rendimento, tanto em termos de quantidade como de qualidade.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja apreciado em REGIME DE URGÊNCIA, o Projeto de Lei número 96/76, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a sede do município de Capitão Leônidas Marques aos distritos de Alto Alegre e Boa Vista da Aparecida, incluindo a construção de uma ponte sobre o Rio Baicuru ou Andrada.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja incerto na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de 17 de setembro de 1976, da viúva Sra. IRACEMA CESCATO DE MORAES, e se aprovada a presente proposição, seja dado ciência à família enlutada, da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1976.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 17 próximo passado, na cidade de Londrina, do Sr. JORGE FANECO, Vereador e procer, político militante da ARENA, na cidade de Nova Esperança.

Tal registro se faz, tendo em vista a consternação que tal passamento ocasionou na cidade de Nova Esperança, onde o extinto desempenhava por duas legislaturas o mandato de Vereador, além de membro do Diretório Municipal da ARENA, e se caracterizava como elemento de grande consideração pela sua conduta exemplar, quer como membro da sociedade local, quer como chefe de família.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, e à Câmara Municipal de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1976.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO JOSÉ KUSS, ocorrido hoje nesta Capital. O extinto residia na cidade da Lapa, onde será sepultado. Era filho do saudoso Sr. Otávio José Kuss e de dona Maria da Glória Kuss. Deixa viúva a Sra. Ana Dubiela Kuss e um filho menor Otávio José Kuss Neto, e, as seguintes irmãs: Cacilda Kuss Marins, Presidente da Câmara de Vereadores da Lapa e casada com o Sr. Antonio Marins, Antonina Kuss, solteira, Nair Kuss Gatti, casada com o Sr. Arturo Gatti, Eleovina Kuss Courtuke, casada com o Sr. Cristo Courtuke, Doutora Anny Mari Kuss Serrano, Juíza de Direito da Comarca de Porcatu e casada com o Sr. Odone Serrano e Maria de Lourdes Cremer, casada com o Sr. Renê Cremer.

Outrossim, da decisão do Plenário, solicita seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1976.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições requer após aprovação do Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa, votos de congratulações pelo recente trabalho da ACAMPAR, na constituição de caravana municipalista para entrega da CARTA DE CAIOBÁ ao Governo Federal. Requer ainda que se dê ciência de nossa solicitação, aos Srs. Geraldo Cartário Ribeiro, presidente da ACAMPAR; Pedro Sampaio, diretor-presidente da FAMEPAR e ao Jornalista João Milanez, diretor do matutino "FOLHA DE LONDRINA".

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1976.

(a) VALTER PIETRANGELO

JUSTIFICATIVA:

A "Carta de Caiobá", documento que engloba as mais sérias e justas aspirações municipalistas do Paraná, foi, durante a semana pretérita, entregue oficialmente ao Governo Federal, por uma comitiva integrada de uma centena de Prefeitos e Vereadores de nosso Estado.

Em Brasília, a caravana paranaense foi recebida por nada menos que seis Ministros de Estado, os quais empenharam suas palavras no sentido de estudar e proporcionar cristalização aos anseios do municipalismo paranaense.

A iniciativa, plena de êxito, teve à sua frente o Vereador Geraldo Cartário Tibeiro, presidente da ACAMPAR. Da delegação participou o Sr. Pedro Sampaio, diretor da Fundação de

Assistência Aos Municípios do Paraná, órgão de assessoria técnica às Prefeituras e o jornalista João Milanez, representando a Imprensa Interiorana.

Urge agora, que o Governo Federal atente às profundas deliberações inseridas na "Carta de Caoibá".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, Requer ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações e regozijo pelo transcurso do DIA NACIONAL DO RADIALISTA, classe essa que muito tem contribuído para o progresso, desenvolvimento e segurança da Nação e da Família brasileira, informando e divulgando todos os acontecimentos do Brasil e do Mundo.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente,

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para que integre o expediente do dia de hoje, ocupo a tribuna para apresentar o seguinte requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, vêm respeitosamente com base no que dispõe o artigo 35 do Regimento Interno, REQUERER que, ouvido o Plenário, seja esta Assembléia constituída em COMISSÃO GERAL, para ouvir as pessoas abaixo relacionadas sobre a distribuição de verbas oficiais de Divulgação e Publicidade e sobre possível discriminação nesta distribuição:

I — O ex-Governador do Estado do Paraná, Sr. Paulo Pimentel, diretor-presidente da Editora "O Estado do Paraná";

II — O Sr. Oscar Martinez, Diretor-Presidente do Jornal "Diário do Paraná";

III — O Sr. João Milanez, Diretor do Jornal "Folha de Londrina";

IV — O Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osires Stenghel Guimarães.

Para cumprir essa finalidade, a Assembléia reunir-se-á nos dias 28 e 29 do corrente mês, às 14:30 horas, ouvindo-se dois convocados por dia.

Sala das Sessões, em 21 de setembro de 1976.

(a) Trajano Bastos, Deni Schwartz, Osvaldo Macedo

Antônio Facci, Lúcio Machado,

Muggiati Filho e Maurício Fruet.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se tendo em vista que a CPI constituída para esse fim, por esta Assembléia, não levou a bom termo sua missão, deixando de ouvir formalmente as pessoas acima indicadas, depois de estarem formalmente arroladas e convocadas.

A decisão de encerrar as audiências da CPI, imposta pela força da maioria situacionista, fere o princípio das minorias, ofende as normas processuais, impede a elucidação dos fatos contra o intangível poder de fiscalização do Legislativo, subordina esta Assembléia a interesses até agora desconhecidos e inconfessados e torna esta Casa devedora perante a opinião pública, da verdade que ela tem o direito de saber.

A CPI foi convocada com a finalidade de investigar se as despesas com Divulgação e Publicidade "correspondem as especificações orçamentárias e "estão sendo aplicadas" sem discriminação de qualquer natureza".

Ora, depoimento e dados coligidos pela CPI levam a crer que estaria havendo discriminação contra empresa dirigida por um dos convocados, que não pode ser ouvido em razão daquela decisão arbitrária. Tal depoimento é condição "sine qua non" para o esclarecimento da verdade.

É de se acrescentar que o encerramento das audiências fere dispositivos legais e afrontou decisão soberana do Plenário desta Assembléia, que determinou a ouvida do Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, diante da evidência de má aplicação de verbas de Divulgação e Publicidade.

Com a providência ora requerida, estaremos resguardando a honorabilidade dessa Assembléia perante o Povo do Paraná' Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando percorríamos na semana passada o interior de nosso Estado, na região do nosso Norte Pioneiro, ao abriremos um dos jornais mais abalizados deste Estado, que é a "Gazeta do Povo", fomos surpreendidos com o pronunciamento de S. Exa. o ilustre Deputado Osvaldo Buskey, quando solicitava, conforme dizia aquele jornal, o aumento periódico do leite, quando enviava um pedido a S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura, pedindo que o povo responsável pela bacia leiteira, os homens que monopolizam o leite no Paraná tivessem um aumento do leite periodicamente.

Queremos nos congratular, quando esses homens olham pelos empresários, mas é um misto de tristeza, quando vemos aquelas criancinhas que precisam deste líquido precioso e seus pais que lutam, muitas vezes, para o barateamento de sua alimentação, e vemos um Deputado Federal do nosso Estado lutar para que o leite seja aumentado periodicamente, solicitando de S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura o aumento daquele produto essencial, que devia ter até uma cota de sacrifício para que as crianças do Paraná e do Brasil fossem bem alimentados.

Estranhamos a atitude daquele ilustre Parlamentar, com todo o respeito e com a vênica que temos pelos homens paranaenses, e pediríamos que S. Exa. o Sr. Ministro da Agricultura não acatasse aquela solicitação. Porque, quando querem o aumento do leite, os empresários fazem sumir miraculosamente o produto do mercado.

Então, não seremos nós os Parlamentares, que viremos pedir o aumento periódico deste alimento, necessário desde o tempo de Jesus Cristo. E é por isso que é de estarrecer, é de pensarmos humildemente em Cristo, quando dizia: "Vinde a mim as criancinhas, porque delas é o reino dos Céus".

E é nesse instante que falhou o ilustre Deputado paranaense, quando pede para satisfazer os empresários da bacia leiteira paranaense, o aumento periódico deste líquido precioso. Queremos dizer, que a fórmula é a fiscalização quando este produto é sonegado ao consumidor; é a fiscalização, porque o leite é o alimento vital das crianças do Paraná, do Brasil e do mundo.

E é neste instante, que queremos alertar o povo do Paraná, que este moço na sua vontade de agradar os seus patrões, pedia sigilosamente ao Sr. Ministro da Agricultura, que aumentasse periodicamente o preço do leite para as crianças do Brasil.

Vejam os Srs. como estão aparecendo Messias, que diziam em praças públicas que haviam de combater o custo de vida, a alta do custo de vida.

Aí está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os homens que querem bem ao Paraná, pedindo, sempre e sempre, o aumento de qualquer produto, para agradar o seu patrão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa consulta o Deputado Ivo Thomazoni, líder da ARENA, se usará o ho-

rário reservado. Tendo declinado, consulta o Deputado Osvaldo Macedo, e lhe concede a palavra por 15 minutos.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando da última campanha eleitoral, os candidatos do MDB, na palavra do eminente Deputado Enéas Faria, assumiram com o povo do Paraná e com os professores do Paraná, em praça pública, um compromisso. Compromisso, de lutar pelas suas reivindicações, e diziam empenhar-se para que, finalmente, o Paraná tivesse o seu Estatuto do Magistério.

Nesta Casa, a bancada emedebista desde a primeira hora se empenhou, para que essa obrigação fosse cumprida.

E eis que no final do ano passado, o Governo do Estado, para aqui encaminha a mensagem contendo o projeto do Estatuto do Magistério.

Constituída a Comissão Especial, composta por cinco eminentes e ilustres Deputados, depois de receber sugestões das entidades de classe, e de ter o parecer a espera de emendas dos membros desta Casa, teve ontem encerrada mais esta fase, com a apresentação de várias emendas; irá agora esta Comissão Especial, analisá-las, com o prazo de doze dias.

Em nome da bancada do MDB, nesta Casa, queremos dizer ao Paraná e aos professores do Paraná, que o MDB cumpriu com a sua palavra e honrou o seu compromisso. Existe o projeto de lei, enviado pelo Governo do Estado, omisso, em alguns pontos, falho em outros, contraditório ainda em outros, ele não consulta os reais interesses do professorado do Paraná, como já se evidenciou, através da palavra de seus líderes mais representativos e das suas entidades de classe, legítimas, que são a Associação dos Professores do Paraná e a Associação dos Professores Licenciados do Paraná.

Estas duas entidades elaboraram um anteprojeto de lei abalizado, sério, aprofundado, coerente e correto, e o MDB no dia de ontem, houve por bem de assinar em cruz, embaixo deste anteprojeto elaborado pelos professores do Paraná. E apresentamos como substitutivo geral ao projeto de lei enviado pelo Governo, o anteprojeto, elaborado pelas entidades de classe que efetivamente representam o professorado de nosso Estado.

A Comissão nestes doze dias, evidentemente, que apreciará também este substitutivo que vem sendo elaborado pelos professores, e que passa a ser, a partir de ontem, o Projeto do MDB.

Mas desde logo, satisfaz-nos, alegra-nos, gratifica-nos, que, "a priori", a Comissão já tenha entendido como válidas algumas das sugestões dos professores do Paraná e que são também posições defendidas pelos elementos do Movimento Democrático Brasileiro, quais sejam: aquelas que determinam a elaboração de lista tríplice para nomeação de diretores de escolas, e aquela outra que poibe a remoção "ex-offício" de professores.

Creemos que precisávamos dizer ao Paraná que a posição do MDB é a posição dos professores deste Estado. Para isso viemos aqui para dizer que as nossas posições se identificam, porque para aqui viemos para defender os interesses do povo e não os interesses do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda número 18, de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, apresentada na sessão do dia 17 e lida no expediente da sessão de hoje, devidamente apoiada. — Será anexada ao projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 124/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 210/76, Mensagem 62/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR e o Município de GOIOERÉ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 125/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 212/76, Mensagem 64/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 126/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 218/76, Mensagem 69/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão do Paraná e o Município de COLORADO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 127/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 224/76, Mensagem 71/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Habitação, com interveniência da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, objetivando a implantação do Sistema Metropolitano de Planejamento e o Plano de Desenvolvimento Metropolitano. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 128/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 225/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de APUCARANA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Pestalozzi, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 174/75, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição 111/75, que aprova as contas prestadas pelo Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1974. Pareceres favoráveis da C.C.J., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário e da C.T.C., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 129/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 227/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de CAMBÉ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Olavo Bilac e o Colégio Estadual Cambé. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 130/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 236/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de

Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de MAMBORÉ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam Casas Escolares nos Distritos que especifica daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado, artigo, por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 131/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 237/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de MARIALVA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Dr. Felipe Silveira Bittencourt, do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 132/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 238/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de NOVA FÁTIMA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar ADELAIDE GLASER ROSS e o Ginásio Estadual DR. ALOYSIO DE BARROS TOSTES, da sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 133/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 239/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de LONDRINA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar ARTHUR BERNARDES, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 133/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 16 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar ARTHUR BERNARDES, na sede do referido Município.

Art. 2.^o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 239/76
PARECER

A presente Proposição 239/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa do Paraná, através de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos

que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1.976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 134/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 244/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de PORTO RICO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária e Hospital, da sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 134/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 16 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de PORTO RICO, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a UNIDADE SANITÁRIA E HOSPITAL, na sede do referido Município.

Art. 2.^o - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 244/76
PARECER

A presente Proposição 244/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Porto Rico objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Accioly Neto, Presidente, Luiz Roberto Soares, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 135/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição 245/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de RANCHO ALEGRE, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR ROCHA POMBO e o GINÁSIO ESTADUAL MANOEL BANDEIRA. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 135/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

- Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR ROCHA POMBO e o GINÁSIO ESTADUAL MANOEL BANDEIRA.
- Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.
- (aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PROPOSIÇÃO NÚMERO 245/76****PARECER**

Acompanhado da Mensagem Governamental 68/76, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 30 de março de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar ROCHA POMBO e o Ginásio Estadual MANOEL BANDEIRA.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 136/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição 251/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. - Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 136/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

- Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 1.º de abril de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar DUQUE DE CAXIAS e o Ginásio Estadual, na sede do referido município.
- Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.
- (aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 251/76**PARECER**

A presente Proposição 251/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Admi-

nistração, com o município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, e do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 137/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 254/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de AMAPORÁ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Grupo Escolar Olavo Bilac. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. - Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 137/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

- Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de AMAPORÁ, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o POSTO DE SAÚDE e o GRUPO ESCOLAR OLAVO BILAC.
- Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.
- (aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO NÚMERO 246/76.**PARECER**

Acompanhado da Mensagem Governamental 68/76, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 26 de dezembro de 1975 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da administração, com o município de AMAPORÁ, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Grupo Escolar OLAVO BILAC.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 138/76, de autoria do Deputado OSVALDO MACEDO, que proíbe exigência de atestado ideológico mediante certidão da Delegacia de Ordem Política e Social, em qualquer repartição indireta ou direta do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ., por maioria e CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. - A votação será feita inversa. - Aprovado.

PROJETO DE LEI NÚMERO 138/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

- Art. 1.º - É proibida a exigência de atestado ideológico, notadamente certidão da Delegacia de Ordem Política e Social, em qualquer repartição da administração indireta ou direta do Estado.
- Art. 2.º - As portarias ou resoluções de qualquer repartição que fizerem referência a essa exigência deverão ser alteradas, para excluí-la, dentro do prazo de 30 dias, a contar da publicação desta lei.
- Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1.975.
- (a) Osvaldo Macedo.

JUSTIFICATIVA:

1. A administração pública estadual tem exigido expressamente a apresentação de "atestado do DOPS" de toda e qualquer pessoa que venha a lhe prestar serviço e, em determinados casos, até para matrícula de estudantes. A Secretaria de Educação e Cultura, por exemplo, exige esse documento para a contratação de professores suplementaristas, que são em mais de 12.000 no Estado.
2. Essa exigência tem constado de Leis e resoluções e a sua não satisfação implica na eliminação do interessado do concurso ou contratação, ou na impossibilidade de matrícula do estudante.
3. Ocorre que a exigência do atestado ideológico, como é esse, é inconstitucional e excessivamente onerosa aos interessados.
4. Moradores das mais diferentes e distantes cidades do Estado são obrigados a se deslocar até Curitiba, com perda de dias de trabalho e com enormes despesas com transporte e hospedagem, para obter esse famigerado atestado, que tem validade por apenas 30 dias. É que o DOPS só existe em Curitiba. Aqui os candidatos a lecionar ou ao ingresso nas escolas sofrem o constrangimento de terem de se locomover em cidade que não conhecem e dentro de repartições que assustam. Para que? Para obterem o "nihil postat" de uma repetição que é um verdadeiro fantasma e que é causadora de terror. Mesmo com o terrível poder que tem sem poder ser essa repartição é evidentemente desaparelhada e inacessível. E o fornecimento, difícil e demorado, desse atestado, representa injustificado ônus financeiro para os interessados.
5. Essa abusiva exigência, ao lado de onerosa, constrangedora e aterrorizadora, é fundamentalmente INCONSTITUCIONAL e anti-democrática. Pois que a Constituição Federal, em seu art. 153, parágrafo sexto, estabelece:
"Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo se o invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que a lei poderá determinar a perda dos direitos incompatíveis com a escusa de consciência."
6. A "DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM; que o Brasil subscreveu, também é inclusa nessa matéria, quando assevera em seu artigo XI:
"Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente, até que sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias."
7. Aliás, esse princípio de que todo homem é inocente até que se lhe prova e culpa é princípio basilar do nosso Direito Penal.
8. Cumpre observar que o que o DOPS registra em seus ar-

quívos é o que houve e não o que não houve. Não tem o registro de todos os moradores do Paraná, mas daquele que no seu estreito entendimento, podem constituir perigo à ordem instituída. Assim, quando fornece certidão negativa é porque nenhum registro ali existe. Nesse caso, é inocente, no conceito do DOPS.

9. De para admitir professor, servidor, ou conceder matrícula e estudante, o Estado exige a apresentação desse atestado ideológico, o que ele está exigindo, na verdade, é que a pessoa PROVE A SUA INOCÊNCIA, quando se sabe que a inocência não se prova. A culpa, sim, é que deve ser provada. E a culpa, no caso, deveria ser provada pelo Estado, se houvesse, através de processo regular. Aliás a DOPS não tem poder jurisdicional, não sendo, portanto, competente para fornecer atestado nenhum, de qualquer espécie. Ele não é juiz e o seu arquivo não é processo regular, onde não houve direito de defesa. Os registros, ali, ficaram a critério de qualquer esbirro.
10. Poder-se-ia argumentar com a desnecessidade de lei para proibir essa exigência, sob a alegação de ser a mesma inconstitucional, como realmente o é, e, desta forma, dever o interessado dirigir-se ao Juízo competente para fazer valer o seu direito. Ocorre que, diante da complexidade administrativa dos dias atuais, está havendo uma hipertrofia do poder de polícia. E o furor legiferante é tão acentuado, que fez por perder conteúdo o princípio de não se admitir ignorância da lei.
11. O que se pretende, com uma lei clara e incisiva dirigida às repartições estaduais, é que um direito individual e inalienável de todo cidadão seja respeitado, sem que ele tenha de socorrer-se da via judicial, que demandará tempo e despesa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 138/75.

PARECER

Preliminarmente, é necessário ressaltar-se que o presente plano de lei, nesta Comissão, arrastou-se injustificadamente por sete meses. Designado em data de 17/10/75, o eminente Dep. Ezequias Losso, como relator, em data de 03-12-75, emitiu parecer contrário, opinando pela rejeição. Na mesma data, foi concedido pedido de vistas ao Dep. Dácio Leopel que acompanhando orelator, em voto separado de 02.04.76, e apresentado à Comissão nesta data adere o parecer de rejeição do projeto.

Solicitamos vista do projeto e na mesma sessão apresentamos, oralmente, voto justificado em que defendemos a aprovação do projeto e que contando com a maioria dos votos foi considerado aprovado, daí porque a elaboração deste parecer, em termos, pois representa a posição da CCJ, frente ao objetivado nas razões do eminente deputado proponente, a que recebe o endosso desta Comissão pela maioria de seus membros.

É o seguinte o parecer:

"Pertinente a matéria, porquanto se refere a cessar prática legal, exclusivamente nas repartições estaduais, vale dizer, inseridas no contingente de competência legislativa e fiscalizadora desta Assembléia. Procedente, igualmente, no mérito.

A exigência inquinada pelo plano de lei, não implantada em outros estados da Federação, além de onerosa aos particulares, tem funcionado como entrave burocrático intransponível aos residentes no interior do Estado, que são compelidos a locomoverem-se à Capital, ou outorgarem poderes expressos para procuradores representá-los junto a DOPS. Muitos, ante as dificuldades e longos meses de espera, acabam desistindo, criando-se dificuldades ao recrutamento de pessoal pelo Estado, que em última análise é o único prejudicado.

Razões constitucionais e amparadas pela própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, justificam com ênfase

a acolhida e projeção da matéria como lei. Ademais a liberdade de pensamento e idéias é uma conquista irreversível da humanidade, pois "idéias não são metais que se fundem". Ora a prática adotada no Paraná preconiza um confinamento ideológico ditado pela Delegacia de Ordem Política e Social.

Esta, - a DOPS, na estrutura do Estado Brasileiro, não tem poder judicante de fazer coisa julgada. Incumbida está, apenas, de levantar o comportamento POLÍTICO e SOCIAL, do cidadão. Seu fichário poderá apresentar anotações daquele comportamento, jamais constitui prova judicial de filiação ideológica do cidadão. O direito brasileiro e a sistemática processual de nossa legislação, apenas admite como prova de certeza, aquela produzida no âmbito judicial. Desconhece a nossa Justiça a "prova secreta" vale dizer as anotações efetuadas pela polícia política e social, os quais, sob o ponto de vista jurídico, não passam de indícios, ainda que colhidos unilateralmente pelo poder público de segurança do Estado.

Para que a DOPS, pudesse fornecer ATESTADO IDEOLÓGICO, teria o interessado que ser submetido a um EXAME IDEOLÓGICO, somente atravessado qual seria identificada a sua ideologia, nunca porém pelo seu comportamento social e político, eis que é possivelmente tal ideologia não passe de mera abstração teórica, não exteriorizada e nem praticada, apenas concebida na intimidade indecifrável, do cidadão.

A pedra angular do sistema democrático em que vivemos e pelo qual lutamos, está assentada em se reconhecer o direito das minorias, mormente quando estas representam-se apenas em ideologias e nunca na prática de atos capazes de porem em risco e a segurança nacional. Quando isso ocorrer, a Justiça comum ou a lei de Segurança Nacional, são eficientíssimos remédios para a contensão do mal. Antes disso, é condenar o pensamento que ainda vive abstratamente e talvez nunca chegue a sair do âmbito metafísico do indivíduo.

Note-se que se a função do DOPS é o exercício de atos de prevenção e precaução, para manter a estabilidade da ordem pública e social, tais atos não poderão ferir os direitos individuais do cidadão, do homem como base e fundamento do Estado.

O atestado ideológico é uma sentença passada a alguém que pode não ter praticado delito, NEM TER TIDO A INTENÇÃO DE PRATICÁ-LO, mas que perante o DOPS é condenado como pernicioso ao Estado.

É também direito do homem, só ser considerado culpado após o julgamento em processo regular. A DOPS, nos crimes contra a ordem política e social, caberá a coleta de indícios e provas que só a justiça tem poder de decidir sobre a culpabilidade ou não. Ter ideologia, simplesmente por afinidade e livre manifestação pensamento - que força alguma do mundo pode impedir, não pode ser considerada crime e muito menos tornar o cidadão imprestável para o serviço público.

Por tais razões, somos pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO - Presidente
NILSO SQUAREZI - Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

Parecer ao Projeto de Lei nº 138/75

1 - O problema da segurança nacional é um tema sem dúvida complexo que preocupa não só o Brasil mas, praticamente todos os países, surgindo diversas doutrinas a respeito.

2 - Porém é inquestionável a sua magnitude a ponto de constituir-se hoje, em matéria focalizada por especialista.

3 - Sem dúvida, as intenções do autor do projeto foram as mais louváveis, denotando preocupações quer de natureza humanística, quer de ordem prática para os interessados.

4 - A matéria já foi analisada no seu aspecto constitucional pela Comissão competente. Sob o ângulo que cabe a

esta comissão analisar, o Projeto rechaça as exigências simplesmente, sem, entretanto aparelhar o estado das condições indispensáveis à sua defesa aos seus contestadores mais extremados os que, julgamos temerário.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1977.

(a) WERNER WANDERER - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE - (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Faneco, vereador da cidade de Nova Esperança. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio José Kuss. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Iracema Cescato de Moraes. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 96/76. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo pelo transcurso do "Dia Nacional do Radialista". - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo recente trabalho da ACAMPAR, na constituição de caravana municipalista para entrega da Carta de Caiobá ao Governo Federal. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos e outros, lido da tribuna, solicitando seja constituída uma Comissão Geral, para ouvir os Srs. Dr. Paulo Pimental, diretor-presidente da Editora "O Estado do Paraná", Oscar Martinez, diretor presidente do jornal "Diário do Paraná", João Martinez, diretor do jornal "Folha de Londrina" e o Sr. Secretário dos Transportes, sobre distribuição de verbas oficiais de Divulgação e Publicidade e sobre possível discriminação nesta distribuição. - Em discussão. - Encerrada a discussão. - Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI - (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com fundamento no art. 35 do Regimento Interno, o Sr. Deputado Trajano Bastos requer que esta Assembléia seja constituída em Comissão Geral para ouvir as pessoas por ele relacionadas, desejando informar-se sobre a distribuição de verbas oficiais de divulgação e publicidade e sobre possível discriminação nessa distribuição.

Sr. Presidente, inicialmente aceitamos como pertinente o requerimento de S. Exa., todavia, devemos observar o disposto nos Arts. 32, 64, 134, § 4º, item IV do Regimento Interno.

O Art. 32, do Regimento Interno, dá normas quanto à sua organização e constituição.

Observa-se no art. 32: "As Comissões internas são as que se destinam ao estudo de determinado assunto sujeito à deliberação da Assembléia e dividem-se em Comissões de Inquérito, Especiais e Geral".

O Art. 35, o citado por S. Exa., diz: "A Assembléia poderá constituir-se em Comissão Geral para o estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado, desde que a sua maioria o resolva, a requerimento escrito de qualquer Deputado".

Vejamos, agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o disposto no Art. 64.:

"A Comissão Geral será presidida pela Mesa e se regerá pelas mesmas disposições regimentais aplicáveis à Assembléia".

Verificamos, Sr. Presidente, que no requerimento, como de resto na justificativa que o acompanha, S. Exa. o Sr. Depu-

tado Trajano Bastos requer a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para ouvir o ex-Governador Paulo Pimental, os Srs. Oscar Martinez e João Milanez, Diretores Presidentes de órgãos de imprensa e o Sr. Secretário de Transportes.

Quer nos parecer, Sr. Presidente, que regimentalmente uma Comissão Geral não tem poder de intimação. Tem, Sr. Presidente, no caso específico da convocação de Secretário de Estado, o Plenário desta Assembléia, o poder de convocação de Secretário de Estado.

Por outro lado, a Comissão Geral não tem, muito embora se constituída, poder de intimação. Poderá ouvir os depoimentos, convidando pessoas que, aquiescendo, aqui compareçam para falarem sobre determinado assunto.

Isto posto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o art. 134, já mencionado, no § 4º, item IV determina:

Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria absoluta dos Deputados: — o órgão privilegiado de 28 votos favoráveis os requerimentos sobre 1, 2, 3, 4, — reunião da Assembléia em Comissão Geral”.

Sr. Presidente, sem entrar no mérito da matéria, mas para que este Plenário tome conhecimento da atuação dos Srs. Deputados integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os gastos do Governo do Estado, administração direta e indireta, com divulgação e publicidade, devo, Sr. Presidente, adiantar que, na última quarta-feira, reuniu-se aquela Comissão, convocada que foi para às 9,00 horas da manhã, iniciando, abrindo-se a sessão às 9,50 com a presença da totalidade dos membros representativos da Aliança Renovadora Nacional. E o atraso de 50 minutos deveu-se exatamente para, respeitando a bancada do MDB, aguardar que se fizesse presente em respeito ao que nós, da ARENA, devotamos à minoria desta Casa.

Reunida a Comissão em data previamente determinada para analisar a documentação recebida do Executivo, requisitada que fora pela Comissão, nenhum dos Srs. Deputados, embora instados a fazê-lo, desejaram discutir a validade ou não da documentação recebida.

E considerando que os depoimentos ali prestados, por todos, é a unanimidade, Sr. Presidente, dos jornalistas e proprietários dos jornais, foram redundantes, porque repetem a mesma argumentação, e considerando ainda que a maioria da Comissão considerou-se altamente informada, aprovou o requerimento que encerrou a fase de instrução dos trabalhos daquela Comissão, passando-se para o que estatui o Artigo 5º do Roteiro e Normas daquela CPI, ou seja, os primeiros vinte dos trinta dias para a elaboração do relatório e os últimos dez dias para a discussão.

Isto posto, Sr. Presidente, e respeitando ainda o princípio da vontade da maioria, e mesmo porque nenhuma dúvida fora levantada, quanto a qualquer incorreção, qualquer dúvida acerca do que contém os documentos, é que nós procedemos, Sr. Presidente, de forma a passar para a fase da elaboração e discussão do Relatório.

No encaminhamento da votação do requerimento que V. Exa., Sr. Presidente, coloca ao judicioso julgamento do Plenário, e pelas razões aqui expostas, nós votaremos, Sr. Presidente, de forma a passar para a fase da elaboração e discussão do Relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Em votação. Os Srs.

Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Há necessidade de quorum qualificado, por isto pedi a inver-

são da votação. — (É feita a votação).

16 Srs. Deputados votaram favoravelmente ao requerimento. Está rejeitado o requerimento.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem). Sr. Presidente, porque a Mesa está rejeitando o requerimento?

O SR. PRESIDENTE — Porque a Assembléia só pode resolver pela maioria de seus membros. Dezesseis votaram.

O SR. OSVALDO MACEDO — Quantos votaram contra?

O SR. PRESIDENTE — Não interessa. V. Exa. está equivocado — há maioria de seus membros. Aprovado pela maioria de seus membros.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. leia o Regimento Interno, o qual exige a presença, mas não a votação da maioria. A nenhum requerimento é necessária a maioria absoluta.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem razão.

O SR. ENÉAS FARIA — Consequentemente, está aprovado o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa retira da votação, tendo em vista o quorum verificado e fará votação simbólica do requerimento. O requerimento exige a presença da maioria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pela ordem.

Estamos em regime de votação. Regimentalmente estabelece-se nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. Quatro Deputados rejeitam. Não há quorum para votação. Dezesseis mais quatro, são vinte Deputados.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). V. Exa. com a palavra para uma questão de ordem.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Deferida a questão de ordem, será precedida a chamada nominal dos Srs. Deputados, pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Responderam à chamada vinte e três Srs. Deputados. Não há quorum para a votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DER, expondo a situação da falta de segurança no percurso Curitiba - Apucarana - Maringá, e encarecendo providências. — Encerrada a discussão.

A votação será transferida para a próxima sessão, por não haver quorum.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, dia 22 de setembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resoluções números 174/75, 129/76, 130/76, 131/76 e 132/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resoluções números 133/76, 135/76, 136/76, 137/76 e 138/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 138/76, 139/76, 140/76, 141/76, 141/76 e 142/76.

Levanta-se a sessão.

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
OITAVA LEGISLATURA
COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DO
ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

Aos vinte e um dias do mês de setembro de hum mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial para Estudo do Estatuto do Magistério sob a presidência do Deputado JORGE SATO e a presença dos Senhores Deputados MUGGIATI FILHO, ENÉAS FARIA e BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal foram iniciados os trabalhos com a leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada. O projeto, acompanhado das respectivas emendas, foram encaminhados ao Senhor Relator — Deputado GILBERTO CARVALHO. Por sugestão do Senhor Presidente da Comissão e aprovação dos demais, foi convocada nova reunião para amanhã, às dez horas, quando deverão estar presentes a convite da Comissão, os Senhores Líderes da ARENA e MDB.; Assessoras Técnicas da Secretaria da Educação e Cultura e Líderes de Classe. Naquela ocasião deverão ser discutidos assuntos pertinentes à matéria. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ATA que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1976

JORGE SATO
Presidente
ELCY SILVA BATISTA
Secretária

PORTARIA N.º 509/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7943, de 13 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a HONORIA CORDEIRO, matrícula número 201, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 1.º de outubro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA N.º 510/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8086, de 16 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, ao funcionário MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula número 399, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA N.º 511/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8085, de 16 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, aos funcionários abaixo relacionados, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ANA CHRISTINA DE SOUZA — Mat. número 553
OSG PL "18"

JOÃO FARIAS — Mat. número 543 — OSG PL "22"
Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA N.º 512/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8073, de 16 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, ao funcionário JOSÉ ADER, matrícula número 535, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA N.º 513/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8106, de 16 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, o interno AHMAD ALI TARBINE, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado IVO THOMAZONI.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA N.º 514/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8117, de 16 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a funcionária OLGA POPOVITCH, matrícula número 319, ocupante do cargo de nível PL“ 19”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral em 21 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 515/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8132, de 17 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, ao funcionário EDISON HEIBEL, matrícula número 242, ocupante do cargo de nível PL“ 23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de setembro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 516/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7989, de 14 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a JAHIR DELAGASSA, matrícula número 075, ocupante do cargo de nível PL“18”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 24 de setembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de Setembro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 517/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7991, de 14 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA, matrícula número 254, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 14 de outubro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 518/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8128, de 18 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, RUI FONSECA PEREIRA, ora à disposição deste

Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 519/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8120, de 17 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria número 197/76, de 28 de abril de 1976, na parte que designou MARIA LEONI SANTOS, para prestar serviços na Liderança da ARENA, a partir de 30 de setembro de 1976; e,

II — revogar a Portaria número 301/76, de 03 de junho de 1976, que autorizou a funcionária acima citada a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, a partir de 30 de setembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de Setembro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO N.º 581/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os números 6012 e 7371, de 02 de julho e 19 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — retificar “ex-offício”, o Decreto Legislativo número 355/71, de 07 de julho de 1971, para declarar que a incorporação de tempo concedido pelo mesmo em favor de LUIZ RÜPPEL BITTENCOURT matrícula número 050, ocupante do cargo de nível PL“30”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é de um (01) ano, e se refere ao primeiro decênio de serviço público consecutivo, compreendido entre 31 de julho de 1954 e igual data de 1964, e não como consta naquele ato;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de (01) um ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 31 de julho de 1964 a 31 de julho de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1966, 1967, 1968, 1969, 1970 e 1971, contadas em dobro;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o dispositivo legal invocado, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio compreendido entre 31 de julho de 1972 e 31 de janeiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro;

IV — retificar “ex-offício”, o inciso IV, do Decreto Le-

gislativo número 496/75, de 07 de julho de 1975, para declarar que o acréscimo quinquenal concedido pelo mesmo, é a partir de 19 de agosto de 1971, e não como consta naquele ato; e,
V — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei, a partir de 26 de fevereiro de 1976, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16/09/76.

(a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

(a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O TRÂNSITO ATA DA SEGUNDA REUNIÃO

Aos vinte e dois dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, na sala de Reuniões das Comissões, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão Especial sobre o "TRAN-SITO", sob a Presidência do Senhor Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA e contando com a presença de todos os membros, do Senhor ASCANIO MIRÓ MEDEIROS, Diretor do DETRAN e do Professor ULISSES DE MELO E SILVA, assessor de Gabinete do Diretor do DETRAN, como convidados especiais. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião. Todas as explanações e debates da presente reunião encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, arquivadas nesta Comissão. Em seguida o Senhor Presidente marcou a próxima reunião para o dia vinte e oito de junho do corrente ano, às dezesseis horas, onde deverá comparecer a reunião, o Senhor ABILIO RIBEIRO, Presidente do Conselho Estadual de Trânsito e Ex-Diretor do Detran. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar eu LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, lavrei a presente A T A, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretário, para que produza os efeitos legais.

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Presidente

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — Relator

ALFREDO GULIN — Vice Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Membro

DENI SCHWARTZ — Membro

Lóris Cordeiro de Barros — Secretário

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE OITAVA LEGISLATURA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA

Às 16,30 horas do dia vinte e quatro de agosto de hum mil novecentos e setenta e seis, no Pequeno Auditório do novo prédio da Assembléia Legislativa, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente reúne-se, com a presença do SENHOR PAULO CAMARGO, Presidente da Casa, dos Senhores EZEQUIAS LOSSO e FABIANO BRAGA CORTES, respectivamente presidente e membro da sobredita comissão, demais deputados e convidados especiais. O Sr. Presidente da Casa dá início à reunião, anunciando a palestra que será proferida pelo Sr. JURIMAR CAVICHIOLO, Superintendente da Administração de Recursos Hídricos, que aqui comparece atendendo a convite que lhe foi formulado pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. O Sr. JURIMAR CAVICHIOLO, com a palavra, diz das finalidades e objetivos da Administração dos Recursos Hídricos, que consistem no conhecimento dos recursos e possibilidades hídricas do Paraná e efetuar programas de pesquisa, de tratamento, potabilidade e de controle de poluição de águas, informa que o Rio Iguaçu, apesar de receber maiores

cargas poluidoras, tem sua água considerada como boa. Informa ainda que, deste 1974, face à Portaria 0231, do M.I., esse órgão executa pesquisa relativa ao controle do Ar, afirmando que a média dos índices diários de qualidade do ar em nossa Capital está abaixo dos índices estabelecidos pela portaria mencionada. Após várias considerações sobre a falta de sistemas de tratamento, reciclagens dos resíduos industriais e o baixo nível dos processos tecnológicos, diz que o meio ambiente é uma preocupação constante do homem, mas, a par dessa, não poderá se olvidar do desenvolvimento econômico, face ao alto estágio que se encontra a humanidade, motivo por que preconiza a adoção de uma política que de ênfase ao crescimento econômico, com a integridade do meio ambiente através do progresso técnico. O Sr. Presidente agradece ao Engenheiro JURIMAR CAVICHIOLO pela palestra, bem como aos demais convidados pela presença, encerrando, em seguida, a reunião. Para constar, lavro a presente ata que depois de aprovada será pelo Senhor Presidente e por mim assinada, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente.

Myrthes Magda Gomes — Secretária.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 8.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA.

Às 16,00 horas do dia onze de agosto de 1976, reúne-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Presentes os senhores deputados EZEQUIAS LOSSO, ENÉAS FARIA e VALTER PIETRÂNGELO. Face à existência de número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, sendo feita a leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem observações. O Senhor Presidente traz ao conhecimento dos senhores deputados as "démarches" que concluiu junto a várias autoridades, durante o recesso de julho último, no sentido de serem feitas palestras nesta Casa, inclusive pelo Senhor Delegado Estadual do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, conforme solicitação de membro desta Comissão, a qual possivelmente será realizada em setembro próximo. Em seguida, manifesta sua estranheza pelo fato de que proposições que, pela sua natureza deveriam merecer parecer da presente comissão, seguem seus trâmites sem ser ouvida a Comissão de direito. A propósito, diz que renovará um alerta aos órgãos competentes da Casa para evitar a repetição desse fato. O Senhor ENEAS FARIA, com a palavra, tece considerações em torno da atuação da presente Comissão, afirmando que a mesma, embora trate de matéria palpitante e de alto interesse legiferante é nova e quicá desconhecidos muitos aspectos, motivo por que deverá ser mais atuante, no sentido de levantar problemas e tomar iniciativas, para atingir os fins a que a Comissão se propõe. O Senhor Presidente anuncia que tem mantido articulações com o Senhor Presidente desta Assembléia, no sentido de ser encetada, por esta Casa, campanha de conscientização de massa para solução de problemas ecológicos e de meio ambiente, face ao alto interesse que tem o mesmo demonstrado na solução de problemas dessa natureza. Fica decidido ainda que seria convidado S. Exa. o Senhor Deputado PAULO CAMARGO, Presidente desta Assembléia, para participar da próxima reunião, que terá como objetivo estabelecer o embasamento da campanha sobredita. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos da presente reunião, designando outra para a próxima terça-feira, dia 17, após a sessão plenária. Para constar, lavro a presente ata, que depois de aprovada, será pelo Senhor Presidente e por mim assinada, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

Myrtes Gomes — Secretária

PORTARIA NÚMERO 520/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7595, de 25 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

lotar o funcionário MERCHIO FILHO, matrícula n.º 267, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Biblioteca, a partir de 14 de setembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de setembro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

RESOLUÇÃO NÚMERO 109/76

DATA: 17 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 05/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 03 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

RESOLUÇÃO NÚMERO 108/76.

DATA: 17 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Quatiguá, objetivando execução de reparos em diversos prédios de Estabelecimentos de Ensino, da sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 03/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Quatiguá, objetivando a execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "PEDRO GONÇALVES LOPES" e o Grupo Escolar "SÍLVIO ZANINI", da sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/76

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

RESOLUÇÃO NÚMERO 110/76

DATA: 17 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social e a Secretaria do Interior, e o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 07/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 09 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, e da Secretaria do Interior, e o Município de Capitão Leônidas Marques, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

RESOLUÇÃO NÚMERO 111/76.

DATA: 17 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o Município de Tamboara, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 09/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 21 de outubro de 1975, ao Convênio celebrado em 25 de novembro de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o Município de Tamboara, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente.

RESOLUÇÃO NÚMERO 112/76.

DATA: 17 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Jataizinho, objetivando ampliação do prédio do Grupo Escolar "JOANA H.M. NORBA", da sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 25/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de janeiro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Jatai-

zinho, objetivando a ampliação do prédio do Grupo Escolar "JOANA H. M. BORBA", da sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

RESOLUÇÃO NÚMERO 113/76

DATA: 17 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de São Mateus do Sul, objetivando execução de melhorias no prédio do Ginásio Estadual "DUQUE DE CAXIAS", da sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 33/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 10 de fevereiro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de São Mateus do Sul, objetivando a execução de melhorias no prédio do Ginásio Estadual "DUQUE DE CAXIAS", da sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente.

RESOLUÇÃO NÚMERO 103/76.

DATA: 17 de Setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Mandaguari, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, da sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 154/76).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Mandaguari, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Colégio Estadual "VERA CRUZ" e o Grupo Escolar "MARECHAL COSTA E SILVA", da sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

RESOLUÇÃO NÚMERO 104/76.

DATA: 17 de setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, da sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou

e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado Convênio celebrado em 08 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "SOLDADO CONSTANTINO MAROCHI", a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente.

RESOLUÇÃO NÚMERO 105/76.

DATA: 17 de setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de São João do Ivaí, objetivando execução de reparos nos prédios dos Estabelecimentos de Ensino que especifica, da sede daquele Município. (Mensagem do Poder Executivo número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 15 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de São João do Ivaí, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "COMENDADOR GEREMIAS LUNARDELLI", e o Grupo Escolar "DIOGO ÁLVARES CORREIA", da sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

RESOLUÇÃO NÚMERO 106/76.

DATA: 17 de setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de URAÍ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal Colegial "COELHO NETO" e a Delegacia de Polícia, da sede daquele Município. (Mensagem do Poder Executivo número 154/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de URAÍ, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal Colegial "COELHO NETO", e a Delegacia de Polícia, da sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

RESOLUÇÃO NÚMERO 107/76

DATA: 17 de setembro de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Sertãoópolis, objetivando execução de reparos nos prédios do Ginásio Estadual "MONTEIRO LOBATO", e da Casa Escolar "ANTONIA FERNANDES" da sede do referido Município. (Mensagem do Poder Executivo número 155/75).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica aprovado Convênio celebrado em 02 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o Município de Sertãoópolis, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "MONTEIRO LOBATO" e a Casa Escolar "ANTONIA FERNANDES", da sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/09/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 23.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado BASÍLIO ZANUSSO, havendo número legal, o Sr. Presidente, declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Lineu M. Turra, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI NÚMERO 36/76 - de autoria do deputado Quilse Crisóstomo da Silva, que declara de utilidade pública o Centro Social Nossa Senhora Guia, com sede em Cerro Azul. PROJETO DE LEI NÚMERO 44/76 - de autoria do deputado Enéas Faria, que assegura gratuidade aos filhos de ex-combatentes, civis e militares, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná. PROJETO DE LEI NÚMERO 69/76 - de autoria do deputado Deni Schwartz, que declara de utilidade pública a União Beltronense dos Estudantes de primeiro e segundo grau, com sede na cidade de Francisco Beltrão. PROJETO DE LEI NÚMERO 70/76 - de autoria do deputado Leopoldo Jacomel, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Mathias Jacomel, com sede em Vargem Grande, Município de Piraquara. PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 69/76 - de autoria da CCJ., ex-Proposição 03/76, que aprova o Termo do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de Altônia, visando a execução de reparos em próprios estaduais, da sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 70/76 - de autoria da CCJ., ex-Proposição 12/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Campina da Lagoa, visando a execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 71/76 - de autoria da CCJ., ex-Proposição 16/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Corbélia, visando a execução de reparos de próprios estaduais, da sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 72/76 - de autoria da CCJ., ex-Proposição 27/76, que aprova o Convênio

celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Loanda, visando a execução de reparos em próprios estaduais da sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 73/76 - de autoria da CCJ., ex-Proposição 35/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Ponta Grossa, visando a execução de reparos em próprios estaduais, da sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 74/76 - de autoria da CCJ., ex-Proposição 41/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Rancho Alegre, visando a execução de reparos em próprios estaduais da sede do referido Município. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais. (aa) Basílio Zanusso Presidente; Lélío G. Sotto Maior Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

OITAVA LEGISLATURA

SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas e quarenta minutos, na Sala de Reuniões desta Casa, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Accioly Neto, e presentes os Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Jorge Sato e Luiz Carlos Zuk, bem como o Sr. Assessor, Dr. Francisco José da Cunha Gebran. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a sessão, sendo aprovada a Ata da sessão anterior: A HORA DO EXPEDIENTE foi composta pelos projetos: 1) - PROJETO DE LEI 89/76, do dep. Maurício Fruet. Dispõe sobre tempo de serviço prestado pelos integrantes da Polícia Militar do Estado. Distribuído ao Dep. Ezequias Losso, em 24.8.76. 2) - PROJETO DE LEI 90/76, do dep. Maurício Fruet. Dispõe sobre as promoções por merecimento na carreira da Polícia Militar do Estado. Distribuído ao Dep. Ezequias Losso, em 24.8.76. A seguir passou-se a ORDEM DO DIA: 1) - PROPOSIÇÃO 118/76, do Poder Executivo. Mensagem 39/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Siqueira Campos, para execução de melhorias no Ginásio Estadual do referido Município. Relator: Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL com o respectivo Projeto de Resolução. APROVADO. 2) - PROPOSIÇÃO 191/76, do Poder Executivo. Mensagem 51/76, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Município de Fênix, para execução de reparos nos prédios com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 3) - PROPOSIÇÃO 196/76, do Poder Executivo. Mensagem 56/76, encaminhando cópia do cconvênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Porto Rico, para execução de obras de combate à erosão urbana no referido Município. Relator: Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL com o respectivo Projeto de Resolução, encaminhando cópia do CONVÊNIO celebrado pelo Governo do Estado com o Município de Borrazópolis, para fornecer equipamentos à Delegacia de Polícia local. Relator: Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL com o respectivo Projeto de Resolução. APROVADO. 5) - PROPOSIÇÃO 223/76, do Poder Executivo. Mensagem 70/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de WENCESLAU BRAZ, para fornecer equipamentos à Delegacia de Polícia local. Relator Dep. Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL com o respectivo Projeto de Resolução. APROVADO. 6) - PROPOSIÇÃO 232/76, do Poder Executivo.- Mensagem 68/76, encaminhando cópia de

COMISSÃO DE REDAÇÃO
OITAVA LEGISLATURA
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA
REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do dep. Basílio Zanusso. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da H. do Expediente, passou-se à O. do Dia, ocasião em que o dep. Francisco Escorsin, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 38/76, de autoria do deputado Luiz A. Oliveira, que denomina Casa Escolar Prefeito Guilherme Zanini, a atual Casa Escolar da sede do Distrito de Canelas, Munic. de Renascença. PROJETO DE LEI 72/76, de autoria do dep. Dácio L. de Quadros, que declara de utilidade pública o Centro Castrense de Curitiba, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI 81/76 - de autoria do dep. Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a As. de Promoção Integral e Comunitária de Capanema, com sede na cidade de Capanema. PROJETO DE RESOLUÇÃO 75/76 - de autoria da CCJ., ex-Proposição 55/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de S. Pedro do Paraná, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 77/76 - de autoria da CCJ., ex-Proposição 114/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e o Município de Corbélia, visando a execução de melhorias em próprios estaduais, da sede do referido município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 78/76 - de autoria da CCJ., ex-Proposição 170/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Cianorte, visando a construção e prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 80/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição 04/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Munc. de Alto Paraná, visando a execução de reparos em próprios estadual, na sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 81/76 - de autoria da CCJ., ex-Proposição 07/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de Barra do Jacaré, objetivando a execução de reparos em próprio estadual, na sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 82/76 - de autoria da CCJ. ex-Proposição 14/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de Centenário do Sul, objetivando a execução de reparos nos prédios que especifica, da sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 87/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição 17/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o Município de Diamante do Norte objetivando a execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Remo Mazzi, da sede do referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO 84/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição 25/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Jaguapitã visando a execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido Município. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente ATA, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente;

(a) LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR

Secretário.

convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Munic. de Dois Vizinhos, para execução de reparos no Gin. Estadual Local. Relator dep. Adalberto Daros. Parecer favorável com o respec. Proj. e Resolução. Aprovado. 7) PROPOSIÇÃO 240/76, do Poder Executivo. Mensagem 68/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Munic. de Palmital, para execução de reparos nas Casas Escolas que especifica. Relator dep. Adalberto Daros. Parecer favorável com o respec. Prof. de Resolução. Aprovado. 8) PROPOSIÇÃO 242/76 do Poder Executivo. Mensagem 68/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Munic. de Piraí do Sul, para execução de reparos no Grupo Escolar Leandro M. da costa. Relator dep. Adalberto Daros. Parecer favorável com o respec. Proj. de Resolução. Aprovado. 9) PROPOSIÇÃO 250/76, do Poder Executivo. Mensagem 68/76, encaminhando cópia do convênio celebrado pelo Governo do Estado com o Munic. de Sengés, para execução de reparos nos prédios escolares que especifica. Relator dep. Adalberto Daros. Parecer favorável com o Proj. de Resolução. Aprovado. 10) PROPOSIÇÃO 260/76, do Poder Executivo, Mensagem 68/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Munic. de Barbosa Ferraz, para execução de reparos nos prédios que especifica. Relator dep. Adalberto Daros. Parecer favorável com o Proj. de Resolução. Aprovado. 11) PROPOSIÇÃO 274/76, do Poder Executivo, Mensagem 68/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Munic. de Leopólis, para execução de reparos em Escolas que especifica. Relator dep. Adalberto Daros. Parecer favorável com Proj. de Resolução. Aprovado. 12) PROPOSIÇÃO 278/76, do Poder Executivo. Mensagem 68/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Munic. de Medianeira, para execução de reparos nas unidades escolares que especifica. Relator dep. Adalberto Daros. Parecer favorável com Proj. de Resolução. Aprovado. 13) PROPOSIÇÃO 287/76, do Poder Executivo. Mensagem 68/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Munic. de Porecatu, para execução de reparos no N. S. Relator dep. Adalberto Daros. Parecer favorável com Proj. de Resolução. Aprovado. 14) PROPOSIÇÃO 295/76, do Poder Executivo. M. 68/76, cópia do conv. celebr. entre o Gov. do Estado e o Munic. de Saporema, para reparos em prédios que especifica. Relator Dep. Adalberto Daros. Parecer favorável com Proj. de Resolução. Aprovado. 15) PROPOSIÇÃO 313/76, do Poder Executivo, Mensagem 87/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Munic. de Cruzeiro do Sul, para controle da erosão. Relator dep. Adalberto Daros. Parecer favorável com Proj. de Resolução. Aprovado. 16) PROPOSIÇÃO 328/76, do Poder Executivo. Mensagem 90/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Munic. de Santa Fé, para reparos na Unidade Sanitária. Relator Dep. Adalberto Daros. Parecer favorável com Proj. de Resolução. Aprovado. 17) PROPOSIÇÃO 337/76,, do Poder Executivo. Mensagem 94/76, encaminhando cópia de convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Munic. de Umuarama para combate à erosão. Relator Dep. Dácio Leonel. Parecer favorável com Proj. de Resolução Aprovado. 18) PROPOSIÇÃO 240/76, do Poder Executivo. Mensagem 97/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Poder Executivo e o Município de Icaraima, para combate à erosão. Relator dep. Adalberto Daros. Parecer favorável com Proj. de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Dep. Accioly Neto, pelos Srs. Deputados presentes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

(a) ACCIOLY NETO

Presidente

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE AGOSTO DE 1.976.

ATIVO		
DISPONÍVEL		
Tesouraria	958.687,53	958.687,53
EXECUÇÃO DA DESPESA		
Venc. e Vantagens Fixas	23.163.275,46	
Despesas Variáveis com o P. Civil	12.726.165,45	
Material de Consumo	1.105.231,89	
Serviços de Terceiros	7.379.996,39	
Encargos Diversos	1.755.834,10	
Despesas de Exercícios Anteriores	249.997,29	
Subvenções Sociais	5.301.750,00	
Inativos	2.698.494,92	
Pensionistas	1.235.550,16	
Salário Família	357.806,18	
Contribuição da Previdência Social	446.634,59	
Equipamentos e Instalações	458.888,65	
Material Permanente	308.903,61	
Auxílio para Obras Públicas	500.000,00	57.688.528,69
CONTAS PENDENTES		
Despesas Diferidas0.....	
SOMA ATIVO58.674.216,22
PASSIVO		
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS PESSOAL		
Vencimentos e Vantagens Fixas	24.000.000,00	
Despesas Variáveis com o P. Civil	14.630.000,00	
Inativos	3.120.000,00	
Pensionistas	1.440.000,00	
Salário Família	430.000,00	
Contribuição da Previdência Social	540.000,00	44.160.000,00
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO		
Material de Consumo	769.500,00	
Serviços de Terceiros	5.227.500,00	
Encargos Diversos	1.230.000,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	170.000,00	
Subvenções Sociais	3.342.500,00	10.739.500,00
CAPITAL		
Equipamentos e Instalações	500.000,00	
Material Permanente	344.500,00	
Auxílio para Obras Públicas	500.000,00	1.344.500,00
CREDORES		
Despesas Empenhadas	1.696.717,98	
Despesas Processadas	483.818,86	
Folhas de Pagamento	32,00	
Consignações	11.241,19	2.191.810,03
RESTOS A PAGAR		
Empenhados	210.016,90	
Processados - Credores	11.217,98	
Processados - Folhas de Pagamento	16.561,31	238.406,19
CONTAS PENDENTES		
Outras Contas Pendentes0.....	
SOMA PASSIVO.58.674.216,22

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" EM 03 DE SETEMBRO DE 1.976.

CONTADOR GERAL

CH. DIVISÃO DE CONTABILIDADE

CH. SECÇÃO CONTABILIDADE